

## Paisagens ocultas: Patrimônio Industrial e o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro

Hidden Landscapes: Industrial Heritage and the Workers' Memory Archive of Rio de Janeiro

Luciana Christina Cruz e Souza\*

**Resumo:** De diferentes maneiras, em diferentes momentos, os indivíduos intervieram no espaço, transformaram-no por sua própria ação e estabeleceram relações materiais com o mundo, produzindo consciências, representações e formas simbólicas diversificadas. Quando circulamos por lugares e espaços do Rio de Janeiro nem sempre acessamos os resquícios das diferentes passagens de trabalhadores que tornaram a urbanização da cidade possível, associados ao processo de industrialização da capital dentro do que ficou conhecido como “empreitada do progresso” entre os séculos XIX e XX. Sendo assim, o artigo se propõe a refletir de maneira ensaística sobre a potência de um acervo relacionado à memória desses trabalhadores para o campo de investigação do patrimônio industrial. Para tanto, analisa documentos históricos presentes no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), priorizando a experiência da Fábrica de Tecidos e Tinturaria Aliança como pano de fundo na compreensão de uma memória industrial relacionada às condições de trabalho e às relações sociais estabelecidas entre os seus trabalhadores e respectivos familiares. O objetivo central é analisar, à luz do materialismo histórico dialético, o risco de dissociações entre a narrativa do patrimônio industrial e a memória do trabalho e de trabalhadores, recorrendo sobretudo às discussões relacionadas ao “fetiche da mercadoria”.

Palavras-chave: Memória; Patrimônio Industrial; Fetice da Mercadoria.

**Abstract:** In different ways, at different times, individuals intervened in space, transformed it by their own action and established material relationships with the world, producing awareness, representations and diversified symbolic forms. When we travel through places and spaces in Rio de Janeiro, we do not always access the remains of the different passages of workers that made the urbanization of the city possible, associated with the capital's industrialization process within what became known as the "progress enterprise" between the 19th century and XX. Thus, the article proposes to reflect in an essayistic way on the potency of a collection related to the memory of these workers for the field of investigation of industrial heritage. To this end, it analyzes historical documents present in the Archive of Workers' Memory of Rio de Janeiro (AMORJ), prioritizing the experience of Fabrics and Dyeing Factory Aliança as a background in the understanding of an industrial memory related to working conditions and established social relations between its workers and their families. The main objective is to reflect, in the light of dialectical historical materialism, on the risk of dissociation between the narrative of industrial heritage and the memory of work and workers, using above all discussions related to the “commodity fetishism”.

Key-words: Memory; Industrial Heritage; Commodity fetishism.

---

\* Graduada em História, Mestre e Doutora em Museologia e Patrimônio. Docente, pesquisadora e consultora em gestão e preservação do patrimônio cultural. E-mail: [lucriscsouza@gmail.com](mailto:lucriscsouza@gmail.com)

Quando passeamos pela cidade do Rio de Janeiro, andamos por alguns bairros e ruas, montamos mapas mentais afetivos a partir de lugares que nos marcam por diferentes razões: espaços relacionados a experiências com pessoas queridas que estiveram conosco, a afetos trocados, a emoções compartilhadas, enfim, uma infinidade de elementos possíveis que contribuem para a tecitura de lembranças. A memória diz muito da relação que estabelecemos entre presente-passado, projetando-nos a um futuro desejado, e esse movimento de “devir” em relação aos espaços é aqui evocado para falarmos de um acervo preservado em um lugar específico na capital carioca e de interesse de pesquisadores do patrimônio industrial: o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

A cidade pode ser famosa sobretudo por suas praias, por pontos turísticos conhecidos, como o Pão de Açúcar, o calçadão de Copacabana ou o Cristo do Morro do Corcovado, mas poucos imaginam que esta ex-capital federal também se configurou como cenário de muitas indústrias e fábricas no início do século XX, no Brasil recém industrial, apresentando-se como uma espécie de “capital do progresso” - acompanhada, portanto, de um imenso repertório material e imaterial ligado a relações industriais de produção.

Mas ao tratarmos do “Rio de Janeiro paisagem cultural”<sup>1</sup> nem sempre esse passado nos vem à tona. Consideramos a complexidade do desenvolvimento urbanístico do município, é claro: de diferentes maneiras, em diferentes momentos, os indivíduos interviram no espaço, transformaram territórios por sua própria ação e estabeleceram relações materiais com o mundo, construindo práticas culturais, produzindo consciências, representações e formas simbólicas diversificadas. Mas essa paisagem, observada nos dias de hoje, nem sempre apresenta resquícios daquilo que muitos pesquisadores entendem como “empreitada do progresso”. Enquanto transeuntes, ou pedestres, às vezes não imaginamos que as antigas organizações dos bairros contaram com o ofício e o esforço de centenas de milhares de trabalhadores urbanos em inúmeras ocupações e ofícios, com suas vivências e experiências que resultaram no atual cenário que se apresenta aos nossos olhos num tempo presente. Isso porque a operação sensorial não captura o conjunto pretérito das manifestações constitutivas e estruturantes do desenvolvimento de uma sociedade. É

---

<sup>1</sup> No ano de 2012 a cidade do Rio de Janeiro teve sua inscrição na categoria “Paisagem Cultural” aprovada pela Unesco. Valorou-se como exemplo de paisagem urbana onde se registra a “harmonia entre paisagem natural e a intervenção do homem, incluindo o uso e as práticas em seu espaço e suas manifestações culturais”. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/45/>>. Acesso em: 30 jun 2021.

como se vivessemos sempre sob situações de “ocultamento” de um conjunto de relações humanas nos seus históricos processos de transformação dos meios de vida, dos meios de existência, dos meios e relações de produção da própria vida material (Marx & Engels, 2019).

Esses elementos “ocultados” ou “ofuscados”, referentes às organizações humanas passadas, chamaremos aqui de “paisagem oculta”: algo que foge às nossas percepções mecânicas, e diz respeito à complexa historicidade de um espaço, às determinações sociais que estruturam as relações de produção material da realidade e, dessa maneira, reverberam na construção de um determinado território. É nessa perspectiva que abordarei o papel do patrimônio industrial como ferramenta indiciária para a compreensão de “paisagens ocultas” do Rio de Janeiro, relacionadas à memória do trabalho e de trabalhadores.

Nesse movimento, destaco o papel de uma documentação relacionada ao passado industrial da capital carioca. Um acervo que se encontra no AMORJ - lugar de guarda documental voltado à temática do trabalho e dos trabalhadores urbanos e rurais no Brasil - formado por documentos, objetos, livros, periódicos, boletins, cartazes e outros vestígios de lutas sindicais, de resistências coletivas e de conquistas trabalhistas. Tal acervo revela-se fundamental para a constituição de reflexões acerca do desenvolvimento da cidade numa compreensão sobre a totalidade do processo de (trans)formação social da capital carioca.

O artigo se propõe a refletir de maneira ensaística sobre a potência deste acervo para o campo de investigação do patrimônio industrial. Para tanto, analisa documentos históricos relacionados à experiência da Fábrica de Tecidos e Tinturaria Aliança na tentativa de acessar as memórias daqueles trabalhadores como estratégia para a compreensão sobre as condições de trabalho e as relações sociais estabelecidas naquele referido espaço fabril. O objetivo central é pensar sobre o risco de dissociações entre a narrativa do patrimônio industrial e a memória do trabalho e de trabalhadores, à luz do materialismo histórico dialético, recorrendo sobretudo às discussões relacionadas ao “fetiche da mercadoria”. Nessa perspectiva, o texto apresenta três momentos: toma como ponto de partida o AMORJ, local de guarda de documentos relacionados a trabalhadores que gritam suas existências em suportes textuais, iconográficos, audiovisuais ou museais; em seguida o texto se remete ao bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro, à título de exemplo de um cenário urbano que se apresenta aos nossos olhos a partir de imagens e manifestações culturais num tempo presente; por fim, o artigo recupera a experiência industrial da Fábrica Aliança,

ligada à indústria têxtil - a qual exerceu um importante papel na construção e adensamento do bairro -, na tentativa de se abordar a memória de trabalhadores sobre seus espaços de trabalho e suas condições laborais. Nesse movimento, o presente artigo procura convidar o leitor a refletir sobre o patrimônio industrial à luz da crítica ao fetiche da mercadoria.

## **1. O ACERVO DO AMORJ COMO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL:**

Para refletir sobre a relação entre patrimônio industrial e memória do trabalho e de trabalhadores no Brasil, acionamos uma documentação relacionada à experiência da Fábrica de Tecidos Aliança, a partir de uma coleção denominada “Bairro-Fábrica”, parte componente do acervo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), localizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Esse lugar de guarda documental<sup>2</sup> voltado à temática do trabalho e dos trabalhadores urbanos e rurais no Brasil, conforme nos relata Rodrigues (2012), foi criado oficialmente em 1987, e sua atual coordenadora, Elina Pessanha, relata que o mesmo já funcionava desde, aproximadamente, 1983 – a partir das iniciativas de um grupo de professores da UFRJ. Na ocasião de sua criação, o coletivo, então sob coordenação da professora Alice Rangel, desenvolveu pesquisas sobre o tema “trabalho” e “sindicalismo” a partir do projeto “Produção e Reprodução da Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro” financiado pela FINEP (Ibid., p. 93). Foi assim que se constituiu como um dos núcleos do Laboratório de Pesquisa Social (LPS), e se firmou como um centro de documentação e pesquisa relacionado à memória do trabalho (urbano e rural) e de diferentes organizações de trabalhadores não apenas do Rio de Janeiro mas também de outras regiões do Brasil. Atualmente o AMORJ se encontra vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), coordenado pela professora Elina Pessanha e administrado por Rodrigo Guedes - ambos assinam curadorias das ações de comunicação e divulgação do acervo.

---

<sup>2</sup> Importa esclarecer ao leitor que não é objetivo deste artigo adentrar às questões próprias da Arquivologia relacionadas às competências, organização e funcionamento dessas instituições, considerando as pactuações realizadas dentro vasto sistema operacional do campo dos arquivos, vale dizer: o Sistema Nacional de Arquivos, as estâncias colegiadas, fóruns, órgãos centrais, entre outros. Contudo, consideramos, para fins de argumentação textual, o conjunto de operações técnicas que esses lugares de guarda documental realizam como atividades laborais afins ao campo do patrimônio, entre elas os inventários, as catalogações, operações de higienização e restauração, digitalizações do acervo, entre outros.

De acordo com seu site institucional<sup>3</sup>, o acervo foi subdividido nas seguintes categorias: fundos, coleções institucionais, coleções particulares, coleções originárias de pesquisas acadêmicas e catálogos gerais. Além de documentos textuais (facsímiles e documentos primários), o arquivo conta também com livros, periódicos, cartazes, fitas cassetes, objetos museológicos, teses e dissertações.

Há uma vasta materialidade relacionada a partidos políticos e militantes históricos que marcaram os percursos de lutas trabalhistas no Brasil do século XX, configurando uma “memória social do trabalho” se considerarmos o acúmulo de informações fornecidas por esse arquivo à luz das discussões travadas por Maurice Halbwachs (2006) através da categoria “memória coletiva” (Rodrigues, 2012). Mas Pollak (1989) também nos serve para compreender que mesmo nas disputas que existem no campo da memória, os chamados “enquadramentos da memória” - esforço de se construir uma espécie de coesão entre grupos sociais - podem sim servir para o trabalho permanente de reinterpretação do passado à luz da crítica sobre a sociedade de classes. Mesmo sob tensões no jogo de disputa entre identidades individuais e identidades de grupo, há memórias “subterrâneas” que podem ser interpretadas como aquelas memórias coletivas que, ainda com limites, teriam sido ofuscadas ou silenciadas pela hegemonia de outros grupos em seus diferentes movimentos de opressão às organizações de trabalhadores<sup>4</sup>.

Nesse sentido, um acervo de memória dos trabalhadores nos permite adentrar a um vasto universo de reivindicações por direitos, a culturas de organização coletiva e a diferentes experiências de trabalho, sobretudo quando pensamos no lugar que muitos desses indivíduos ocuparam dentro do processo de industrialização do país. Recorremos, então, à noção expandida de “patrimônio industrial” operada por Meneguello (2011) que compreende acervos arquivísticos como objeto de interesse desse vasto campo temático. Segundo Kuhl (2006; 2010), ele surge com mais robustez na segunda metade do século XX como “arqueologia industrial”, e voltava-se a monumentos industriais e suas estruturas, em especial relacionados ao período da Revolução Industrial.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.amorj.ifcs.ufrj.br/>>. Acesso em: 13 de junho de 2021.

<sup>4</sup> É possível evocar a discussão sobre “memórias subterrâneas” à luz da pesquisa e reflexão a respeito da plena expansão do capitalismo no Brasil no ciclo de industrialização - em posição de dependência econômica frente ao capital estrangeiro, num movimento denominado “capital-imperialismo” -, onde aparelhos privados de hegemonia patronais, integrados ao Estado, passam a promover repressões contra as formas da associatividade popular e, conseqüentemente, procuram silenciar tais movimentos e suas práticas de memória. Ver: Fontes, 2013.

A preocupação com o legado do processo da industrialização, apesar de já aparecer no século XIX, tornou-se mais sistemática a partir dos anos 1960, catalisada, em especial, pela destruição de edifícios significativos – caso da Bolsa de Carvão e da Estação Euston em Londres, no início dos anos 1960, do Mercado Central de Paris, no início dos anos 1970 –, o que acabou por acirrar as discussões e promover iniciativas de preservação. A arqueologia industrial, tema que passa por discussões incipientes na Inglaterra na década de 1950, é alvo de estudos cada vez mais numerosos ao longo das décadas que se seguiram, associados a um vivo debate historiográfico. (Kuhl, 2010, p. 24)

Tal interesse, em grande diálogo com pesquisas relacionadas à restauração, se voltaria de sobremaneira aos variados tipos arquitetônicos e suas técnicas e materiais construtivos introduzidos e consolidados em períodos de industrialização, munidos de uma compreensão sobre o papel fundamental das indústrias na transformação das paisagens em diferentes lugares do mundo.

Para Kuhl, falar de patrimônio industrial nos dias de hoje é se referir a um vasto campo temático necessariamente interdisciplinar - onde se operam conceitos, metodologias, princípios de preservação e esforços coordenados de diferentes áreas para um conhecimento mais amplo da complexidade material, econômica e social dos processos de industrialização. A autora, contudo, chama a atenção para a crescente criação de museus da industrialização como um movimento que, segundo ela, assume o risco de reproduzir, sob formas museográficas, uma postura de acúmulo quantitativo de experiências sem um salto qualitativo no debate e na compreensão do tema em sua inteireza.

Tomando como referência essa colocação da autora, é possível pensar que o acesso a um acervo sobre memórias de trabalhadores nos permite, portanto, investigar à fundo vivências laborais que fundamentaram estruturalmente as relações industriais de produção. A preservação desse patrimônio se apresenta, portanto, como uma operação de manutenção dos vestígios que permite uma percepção à miúdo do processo de industrialização em sua inteireza. Essas informações impedem que se processe aquilo que denuncia Jeudy (2005) acerca dos riscos de uma maquinaria patrimonial concatenada para criar uma visão retrospectiva do mundo do trabalho de forma que as lembranças de exploração e dominação terminem constituindo quadros de um “outro” mundo que não seria mais o nosso. Segundo o autor, seria necessário evitar uma operação de “metamorfose catártica” que “permite simultaneamente dizer que esse gênero de exploração física terminou seu ciclo e que, apesar de tudo, na época desse ‘universo industrioso’ a vida não era tão triste como nos disseram” (Ibid., p. 30).

Compreender a esfera do trabalho como parte estruturante da realidade material que se apresenta a nós materializada em coisas, se constitui, portanto, o próprio exercício crítico em relação ao fetiche da mercadoria (Marx, 2017), sobretudo no campo do patrimônio, mediado pelas imagens de objetos musealizados, de mega exposições, parques, galerias, etc. Portanto, como acionar o universo do trabalho que se oculta sobre as paisagens e sobre as mercadorias em circulação no mundo do patrimônio e dos museus? Essa pergunta retoma a própria discussão de Pollak (1989) sobre as memórias subterrâneas - ou memórias confinadas ao silêncio - que, ao invadir o espaço público, promovem verdadeiras batalhas sobre as interpretações do passado. Essas disputas se materializam no acervo do AMORJ, o qual parece executar o papel fundamental de preservar os indícios necessários à compreensão sobre um universo de relações coletivas, experiências, interações, ideias, reivindicações, e também de práticas, conhecimentos, símbolos, etc. que estão contidas nas mercadorias postas em circulação até mesmo no campo do patrimônio e dos museus.

Falamos de vestígios de cotidianos e de relações de classe, uma materialidade que aponta para as hierarquias sociais, silenciamentos e tentativas de domesticação de corpos. Essa infinidade de elementos encontra-se irremediavelmente imbricada nas paisagens que nos cercam, mas aparentemente ofuscadas pelo mundo da circulação das coisas em seu apelo sensorial, e de seu valor de troca e de uso. Aquilo que nos apresenta aos sentidos, então, seria a “aparência”, uma espécie de espetáculo que ofusca as complexas relações sociais constituídas sob um modo de produção capitalista.

Ainda sobre o acervo do AMORJ, sua composição abrange diferentes vestígios das organizações de trabalhadores em partidos, sindicatos e outros coletivos civis e religiosos ligados a territórios urbanos e rurais. Rodrigues (2012) e Pessanha e Guedes (2019) apontam os diferentes processos internos do arquivo que permitiram a expansão de seu acervo e a aquisição de importantes documentos ligados à formação do PCB e do PT, incluindo relevantes materiais sobre militantes e personagens icônicos da história brasileira como Astrojildo Pereira, Luiz Carlos Prestes, Gregório Bezerra, Olga Benário, Luis Inácio Lula da Silva, entre outros. À título de exemplo, Pessanha e Guedes (2019) destacam a documentação relacionada a Astrojildo Pereira como “uma das mais importantes fontes sobre as primeiras organizações operárias no Brasil, já que ele pertenceu ao movimento anarquista do início do século XX e foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro, em 1922” (Ibid., p. 331).

Nesse acervo, segundo os autores, constam jornais e revistas operários e sindicais, uma farta documentação sobre conferências de base e sobre reuniões do Comitê Central do partido, além de “correspondências enviadas e recebidas por Astrojildo Pereira de militantes, de dirigentes políticos e de intelectuais, assim como o seu trabalho de crítico literário, principalmente os estudos sobre Machado de Assis” (Ibid.).

O lugar de guarda de documentos e objetos que remontam a vida e a organização do trabalho e dos trabalhadores no Brasil serve, portanto, como lugar de consulta para as pesquisas relacionadas ao tema das indústrias e de sua força de trabalho na perspectiva patrimonial. Meneguello (2011) nos adverte sobre a importância desse material no conjunto do que se compreende como um “campo de investigação vivo” do patrimônio industrial. Segundo a autora,

o Brasil não possui um inventário nacional de seu patrimônio industrial e mesmo a documentação relativa à atividade da indústria encontra-se apenas parcialmente organizada. Há dezenas de acervos desestruturados, em péssimo estado de conservação ou sendo descartados, tanto no que se refere à memória ferroviária do país, quanto no caso de documentação relativa a certas indústrias e moinhos demolidos, ou a campos de atuação específica, como os monjolos no sul do país, as fiações têxteis na região sudeste e nordeste ou mesmo a indústria pesada mais recente. (Ibid., p. 1829)

Meneguello destaca ainda que documentos por vezes são perdidos antes mesmo do desaparecimento dos vestígios físicos de fábricas, galpões, maquinários, sindicatos, etc., e isso ocorre, segundo ela, porque são encaminhados de maneira dispersa a diferentes acervos de empresas em falência ou concordata, ficam sob guarda de organizações coletivas que nem sempre possuem políticas de preservação, são desmembrados e incorporados a acervos institucionais ou mesmo a acervos particulares. Nesse sentido, ela chama a atenção para a necessidade de se fotografar, catalogar e avaliar esses remanescentes da atividade de homens e mulheres que constituíram os espaços sobre o qual circulamos.

A importância inegável do AMORJ é parte de uma posição ambivalente desse arquivo: curiosamente ele parece ser uma “paisagem oculta” nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCS), localizado no Largo de São Francisco de Paula, na região central da cidade do Rio de Janeiro. Quem circula desavisadamente pelos corredores e pátios daquele edifício histórico - cujas origens remontam o século XVIII<sup>5</sup> - talvez não imagine o acervo que se faz ali presente. Mas é

---

<sup>5</sup> Histórico disponível no site institucional, em: <<https://ifcs.ufrj.br/index.php/o-ifcs#:~:text=O%20Instituto%20de%20Filosofia%20e,iniciada%20ainda%20no%20s%C3%A9culo%20XVIII>>

preciso destacar que em tempos recentes se vem discutindo sobre a necessidade dessa discrição em razão da sensibilidade da temática diante da conjuntura política do Brasil desde 2016, a qual fez despontar grupos de extrema-direita dispostos a ações violentas direcionadas às universidades e seus pesquisadores. Sua posição institucional igualmente apresenta fragilidades que, tal como outros equipamentos culturais e de pesquisa submetidos à estrutura universitária, merecem ser consideradas à luz das discussões sobre políticas e mecanismos de fomento próprios<sup>6</sup>, com planos de ação que potencializariam a comunicação e integração com a comunidade universitária e não-universitária<sup>7</sup>, conforme sugere Ribeiro (2013) em relação aos museus. Seria o AMORJ uma espécie de “paisagem oculta” nessa complexa justaposição de espaços em que identificamos o Rio de Janeiro, a região central, a UFRJ e, finalmente, o IFCS, enquanto elementos de uma constelação de paisagens da cidade carioca?

## 2. MAPA AFETIVO DO BAIRRO DE LARANJEIRAS:

Um determinado personagem icônico do Rio de Janeiro certa vez escreveu que a arte de “flanar” estaria relacionada ao apreço que se teria pelas ruas da cidade, aos sentimentos suscitados nas andanças, no ir por aí, de manhã, de tarde ou à noite, no gozo das delícias do calor do sol e do lirismo do luar<sup>8</sup>. Esse ano de 2021 completa 100 anos que o Rio de Janeiro perdeu a célebre figura de João do Rio, um ávido amante da cidade que teve como despedida fúnebre um inesquecível cortejo pelas ruas do

---

.&text=As%20origens%20do%20IFCS%20remontam,1190%20de%20abril%20de%201939> Acesso em: 14 jun 2021.

<sup>6</sup> No campo museal, os museus universitários vem se mobilizando em encontros e redes para discutir e traçar políticas próprias para esses equipamentos considerando os desafios e a potência de comporem uma estrutura universitária. Especificamente sobre museus e seus acervos em universidades públicas - relacionados ao ensino, pesquisa e extensão - e sobre possíveis mecanismos de fomento no âmbito da gestão pública, ver: Ribeiro, 2013.

<sup>7</sup> O Arquivo desenvolve uma série de ações de comunicação de seu acervo a partir de redes sociais, exposições, debates e palestras. Na impossibilidade de enumerar as diferentes atividades que envolveram a comunidade externa à universidade ao longo de sua história, importa destacar algumas ações mais recentes, como o apoio e a coprodução na apresentação das peças de teatro “Marx baixou em mim” e “Relato de uma busca”, respectivamente em 2017 e 2019, junto ao grupo teatral “Militantes em Cena”; a coprodução da exposição “Costurando a Vida - sobre trabalho e confecção de roupa íntima em Nova Friburgo”, em 2013; a produção da exposição “Memória e futuro do trabalho no Brasil”, em comemoração aos 30 anos do AMORJ em 2017; a produção do trabalho “De Viva Voz”, com leitura de documentos e montagem de vídeos, em 2020. Ao longo dos anos ocorreram vários eventos comemorativos relacionados a militantes históricos, como Olga Benário e Astrojildo Pereira, e foram produzidos inúmeros painéis de discussões sobre temas diversos no mundo do trabalho, como desindustrialização, direitos trabalhistas, etc. - em interlocução com diferentes sindicatos (dos bancários, petroleiros, comerciários, entre outros), num movimento de comunicação com a comunidade não-universitária.

<sup>8</sup> Referência a “João do Rio”, pseudônimo do escritor, poeta, teatrólogo e tantas outras atividades desempenhadas por João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto.

Centro e da Zona Sul<sup>9</sup>. Foram muitas as maneiras de narrar as transformações urbanas pelas quais passava a capital federal nos idos do século XX, destacando as criativas estratégias de (re)existência popular, mas sem se deixar deslumbrar pelos encantamentos das inovações da modernidade. Em a “Alma Encantadora das Ruas” (Rio, 1908) nos chama a atenção o reconhecimento do espaço como resultado do trabalho humano:

A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres, e haveis de ter visto pedreiros e canteiros, ao erguer as pedras para as frontarias, cantarem, cobertos de suor, uma melopéia tão triste que pelo ar parece um arquejante soluço. (Ibid, p. 2)

João do Rio pode ser uma inspiração nesta presente empreitada textual sobre cenários que se revelam ao nosso olhar e paisagens que se ocultam à operação sensorial. Seus relatos nos conduzem a lembranças de carnavais, cafés, botequins, becos, bailes, jardins e travessas, à “futilidade do mundo” e à “futilidade dos pedestres da poesia de observação” (Ibid., p. 5), às “meninas das Laranjeiras [que] valsam ao som das valsas de Strauss e de Berger, que lembram os cassinos da Riviera e o esplendor dos *kursaals*” (Ibid., p. 7).

Vemos nesse cronista das ruas cariocas um trabalho de re-elaboração da imaginação sobre a cidade que invariavelmente nos remete a Walter Benjamin em Paris (Benjamin, 2006), em meio às imagens produzidas pelas arquiteturas de ferro e mármore, pelas galerias e vitrines em vidros e espelhos, pelas grandiosas exposições universais. Ambos narravam as transformações urbanas que redesenhavam paisagens, síntese de um mundo-vitrine à disposição dos circuitos das mercadorias, onde o pano de fundo era a expansão do capitalismo como “experiência vital e globalizante”<sup>10</sup>. Um tempo moderno que era promessa de futuro, de uma sociedade de consumo na qual “o progresso era algo palpável, que ocorria diante de seus olhos. Talvez não ao alcance de sua mão ou de seu bolso, mas nesse ponto compareciam os ardis do convencimento: um dia, a sociedade do bem-estar seria usufruída por todos, etc. etc.” (Pesavento, 1997, p. 15).

<sup>9</sup> Narra-se que 100 mil pessoas teriam acompanhado seu caixão em cortejo até o cemitério São João Batista no bairro de Borafofo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/23/joao-do-rio-ha-um-seculo-100-mil-pessoas-foram-ao-enterro-do-reporter-que-saiu-da-redacao-e-foi-as-ruas-escrever-sobre-a-cidade.ghtml>>. Acesso em: 27 jun 2021.

<sup>10</sup> Referência que Pesavento (1997) faz ao tempo econômico-social e político-ideológico no capitalismo do início do século XX a partir de Berman (1986).

Neste texto tratamos a paisagem<sup>11</sup> como resultado da empreitada humana: a transformação do espaço por meio do trabalho de maneira a adaptá-lo às necessidades materiais dos indivíduos que, por sua vez, se transformam a partir do espaço em que vivem. Mas interessa mencionar as contribuições do debate sobre a paisagem enquanto categoria, acionadas por Brulon (2017) no âmbito da Museologia. Para o autor, remetendo-se às diferentes tradições européias, importa considerar as experiências sensíveis - que remetem, inclusive, às experiências sensoriais - que forjam um determinado lugar. Este, portanto, não deve ser interpretado apenas como um “panorama” material, mas algo mais complexo do ponto de vista da apreensão das subjetividades humanas.

Todavia, o presente artigo se aproxima de uma perspectiva acionada por Bernardes (2020) que, baseando-se em Milton Santos<sup>12</sup> e em seu acúmulo de reflexões acerca desta categoria, aciona o processo de transformação da paisagem remetendo-o ao “saber-fazer” social, à técnica, a qual aparece, portanto, condicionada e como condicionante do modo de produção hegemônico a um determinado contexto. Diferenciando “espaço geográfico” de “paisagem”, Bernardes elucida que esta última é tratada por Santos (2002) como uma totalidade (tempo e espaço) em movimento a partir de ações sociais, mas que há nela uma espécie de privilégio da forma, da imagem, ou seja, há sobretudo uma relação do espaço com as representações sensórias, destacadamente a visão.

Nos voltando ao tempo do agora<sup>13</sup> e para as paisagens contemporâneas, escolhemos o bairro de Laranjeiras, na cidade do Rio de Janeiro, como espaço privilegiado de análise sobre as transformações urbanas diante das empreitadas industriais da modernidade. Nessa perspectiva, nos voltaremos para operações de

---

<sup>11</sup> Evocamos aqui o sentido de “paisagem” a partir de diferentes elementos agregados a uma reflexão interdisciplinar. Há um consenso entre pesquisadores do tema de que o termo de fato é polissêmico, apropriado por diferentes disciplinas que lhe atribuíram significados variados ao longo do tempo. Contudo, não é intenção deste artigo recuperar a história do termo paisagem enquanto categoria nas diferentes áreas em que a mesma é evocada. Considera-se o acúmulo de discussões da Geografia, a respeito da relação homem-natureza e da mistura de fenômenos naturais e sociais que ocorrem no espaço. Sobre o desenvolvimento do conceito de paisagem a partir da História Ambiental e da Geografia Histórica, ver: Solórzano et al., 2009. Sobre a construção do conceito na perspectiva da Geografia Cultural enquanto subárea da Geografia, ver: Ribeiro, 2007. Na Museologia, a categoria é revisitada por Brulon (2017) num debate sobre a pretensão de universalidade do conceito e sua aplicabilidade em processos de musealização, sobretudo a partir de esquemas de valoração compartilhado por entidades transnacionais como o Conselho Internacional de Museus (ICOM) e outras.

<sup>12</sup> Ver: Santos, 2002.

<sup>13</sup> O “tempo do agora” é operado por Walter Benjamin em sua crítica sobre a universalização do aparato ideológico do capitalismo: “Aparentemente nos encontramos imersos num sistema de práticas, signos e símbolos que tomam como referência predominante a noção de tempo histórico linear; e nessa configuração social, o progresso aparece como um movimento inexorável, por vezes determinado pelo avanço da ciência e da tecnologia” (Souza, 2020, p. 141). É dessa ideologia moderna do progresso, sobre a qual Walter Benjamin (1987; 2012) concentra esforços críticos, que o autor formula a expressão que pode ser lida como “tempo do agora” [*Jetztzeit*].

apreensão do real que parecem ofuscar diferentes dimensões da produção material desta referida paisagem citadina, em especial relacionadas às memórias de contingentes de trabalhadores que circularam por ali e criaram as primeiras condições concretas de ocupação local diante de um imaginário do progresso fundamentado na indústria, no consumo e nos avanços técnicos e tecnológicos<sup>14</sup>.

À primeira vista o bairro de Laranjeiras nos encanta pelas árvores, bares, feiras de rua, rodas de samba, clubes, praças e grandes casarões históricos, tombados em diferentes esferas - municipal, estadual e/ou federal. À título de exemplo da ressonância deste cenário sobre a população carioca e o Poder Público, há um processo de tombamento provisório<sup>15</sup> registrado no Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC-RJ) por iniciativa da Associação de Moradores e Amigos de Laranjeiras - AMAL, onde se encontra protegido um conjunto de edificações públicas e privadas, institucionais, religiosas e residenciais, localizadas em trechos das ruas Laranjeiras, Leite Leal, Ribeiro de Almeida, Mário Portela, Paissandu, Ipiranga, Esteves Junior, Senador Correa e São Salvador, além das Praças Ben Gurion, São Salvador e Largo do Machado. No documento, argumenta-se que tais bens

(...) sobreviveram ao intenso processo de transformação do bairro e cuja importância está relacionada à história da cidade. (...) São construções diversas que representam a cultura fluminense não por sua excepcionalidade, mas justamente por se consubstanciarem em exemplares da tipologia arquitetônica que caracteriza um padrão na ocupação do bairro. (INEPAC, Processo E-18/001.553/98)

Há quem trace um mapa cultural do bairro, numa espécie de cartografia afetiva que contemple lugares icônicos para moradores ou transeuntes. A rua General Glicério é uma das mais conhecidas, memorável por seus blocos de carnaval, com destaque para o bloco Gigantes da Lira, voltado para crianças e cujo cortejo oferece um espetáculo visual à parte, com balões, fantasias, foliões de pernas de pau e muitos adereços teatrais. A rua também é conhecida por seus prédios luxuosos construídos após o encerramento das atividades da Fábrica de Tecidos Alliança, na primeira metade do século XX, edifícios que formam um desenho de um largo - atravessado por uma via de trânsito - com calçadas e árvores que fazem lembrar antigos passeios públicos ou um *boulevard*. Ali nos arredores ocorre aos sábados uma das mais

<sup>14</sup> Sobre o papel do desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica em relação às ondas de desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa, e a crença na sua neutralidade como parte do projeto de progresso que nos direciona à barbárie, ver: Benjamin (1987; 2012) e Menegat (2007) - este inspirado em Adorno e Horkheimer (1985).

<sup>15</sup> No site do Instituto não há registros sobre o tombamento definitivo. Disponível em: <[http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens\\_tombados/detalhar/317](http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/317)>. Acesso em: 23 jun 2021.

famosas feiras livres do bairro, conhecida como “Feira da General Glicério”, que conta com barracas de comidas, bebidas, roupas e decoração, e também abriga uma disputada roda de choro.

Nas diferentes Áreas de Planejamento<sup>16</sup> da cidade contamos com variadas possibilidades e iniciativas culturais que podem compor uma imensa cartografia patrimonial - uma espécie de inventário de práticas culturais, lugares, monumentos, celebrações, edificações e etc. que dão conta da complexidade da experiência humana nos espaços que ocupamos, muito além de uma percepção estetizante da paisagem (Brulon, 2017).

Mas esse cenário contemporâneo que se apresenta aos nossos olhos como um “panorama” nem sempre revela indícios sobre os diferentes modos como tal espaço foi vivido, apropriado e (trans)formado. Aquilo que está imediatamente perceptível aos nossos sentidos podem ofuscar processos históricos de interação social, como uma espécie de “ocultamento” da própria história no sentido de fetichização acionado por Benjamin (1987; 2006). Não enxergamos, em termos sensoriais, estruturas sistêmicas que fundamentam relações sociais e reverberam no processo de produção das coisas que nos cercam, dos objetos, ou mesmo das paisagens como um todo. Não apreendemos apenas com a operação sensorial todo o trabalho e energia dispendidos historicamente por homens e mulheres, em condições por vezes adversas e insalubres, para que um espaço se transforme materialmente ao longo do tempo. Esse ofuscamento/ocultamento dos processos produtivos seria aquilo que Marx (2017) chamou de “fetichismo da mercadoria”: quando separamos as coisas das suas relações de produção, ou seja, separamos os objetos dos sujeitos e dos processos que o produziram. Esse movimento ocasionaria uma cisão formal entre sujeito e objeto, através da qual deixaríamos de perceber a presença humana na produção das mercadorias, e desconsideraríamos a totalidade de determinações materiais que possibilitaram a existência das coisas, numa espécie de relação de estranhamento (quando não apagamento) entre produtor e produto.

Esse “ocultamento” das relações sociais na sociedade capitalista, no limite, faz as coisas se tornarem “protagonistas” da nossa percepção sobre o mundo, a ponto de fazer parecer que o mundo é produzido pelas coisas. Tal movimento ofusca, assim, a

---

<sup>16</sup> Para fins administrativos, a Prefeitura do Rio de Janeiro atualmente subdivide o território em 5 Áreas de Planejamento (AP's), as quais possuem, respectivamente, regiões administrativas. O centro da cidade e a Zona Sul - locais de maior concentração turística - encontram-se na AP 1 e AP 2. Informações disponíveis em: <<https://www.data.rio/documents/PCRJ::divis%C3%A3o-administrativa-geral-do-munic%C3%ADpio-do-rio-de-janeiro-/about>>. Acesso em: 04 jun 2021.

história de relações de trabalho, das relações de exploração, e conseqüentemente ofusca a memória daqueles que produziram as coisas que nos cercam. Aqui valemos do sentido de “ocultamento da realidade” a partir de um mundo de imagens<sup>17</sup>. Essa mediação a partir do que “se vê”, ou seja, da imagem das coisas, seria parte desse processo de “encantamento fantasmagórico” acionado por Benjamin, através do qual nos restringimos ou nos limitamos a apreender o mundo apenas a partir da esfera da circulação das mercadorias. Esse “encantamento fantasmagórico” seria reproduzido por complexos mecanismos ideológicos de reprodução cultural da realidade sob os signos do capitalismo - a partir de galerias, exposições, etc (Pesavento, 1997; Matos, 2010). As relações humanas estariam mediadas pelas imagens imediatamente perceptíveis, criadas e estimuladas por espelhos e vitrines, como sugere Benjamin (2006), instrumentos que “captam as imagens da rua e as transportam para os interiores e engendra um fecundo ‘entrecruzamento de espaços’ (...). (...) a ‘magia dos espelhos’ é, portanto, parte indelével das vertiginosas fantasmagorias que atraem e fascinam (...)” (Bretas, 2017, p. 27).

Nessa perspectiva, o exercício de se pensar a (trans)formação das paisagens, longe de ser unívoco, permite, todavia, o recurso à perspectiva marxista, o que nos possibilita considerar, portanto, na ideia de “paisagens ocultas”: paisagens que fogem à nossa apreensão visual primeira, fogem à operação sensorial, mas que existem [ou resistem] no tempo presente por meio de “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989) registradas e preservadas em documentos de arquivos. Falamos de acervos em diferentes suportes que nos auxiliam nos estudos da cultura material de trabalhadores, e que dizem muito sobre a relação entre a industrialização e a (trans)formação dos espaços a partir do trabalho humano, das condições dessa produção, e das relações sociais subjacentes a esse processo produtivo. Tal materialidade preservada em arquivo também nos possibilita acessar experiências de organizações de trabalhadores que foram gradualmente “ofuscadas” ao longo do tempo por diferentes políticas de memória (Ibid.). Nesse sentido, podemos pensar que o arquivo exerce o papel de garantir que não se elimine do presente o passado - não no sentido de substituir ausências, mas num movimento de possibilitar uma espécie de “direito à memória” (Salomon, 2011) da classe trabalhadora.

---

<sup>17</sup> Trata-se de uma referência a um mundo que seria o “reflexo do século XIX”, do ponto de vista alegórico, apresentado por Walter Benjamin em suas interpretações sobre as galerias de ferro e vidro, as lojas de departamento e exposições universais. Para Benjamin, a transfiguração do mundo capitalista e o triunfo da ordem burguesa se valeram da ilusão, do engano, do ocultamento das relações de produção. Para ele esse processo faria da mercadoria a própria fantasmagoria (Bretas, 2017) da modernidade - que neste presente texto, especificamente, é tratada não como uma categoria histórico-filosófica mas como expressão das relações sociais subjetivadas e sobretudo mediadas pela imagem.

### 3. UMA FÁBRICA E SEUS TRABALHADORES:

As mudanças na paisagem do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX não eram apenas mudanças estéticas, expressadas por reorganizações espaciais. Viviam-se as experiências de uma nova dinâmica da modernidade marcada sobretudo pela industrialização da produção (Berman, 1986), intensamente orientada pelo espaço/tempo das fábricas, das máquinas a vapor, da organização e disciplina do trabalho, das forjas e carvoarias e toda a expressão tecnológica de modernização dos meios de circulação de pessoas e de informação. O tecido social se conformava às reformas urbanas e ao ideal de uma civilização nos trópicos<sup>18</sup> expressando o triunfo da ordem burguesa<sup>19</sup>.

Nesse processo, a visão organicista de Pereira Passos - materializada em reformas urbanas inúmeras, entre as quais importa destacar a reestruturação viária ligando o centro à Zona Sul (Azevedo, 2015) - contribuiu, sem dúvida, para acelerar o próprio ritmo do metabolismo social, otimizando o processo de circulação de mercadorias do porto para outras regiões e indústrias (Ibid.). “Um elenco de obras de vulto mudou a fisionomia da cidade, como o novo cais do porto com seus modernos armazéns e um boulevard de 33 metros de largura e quase dois quilômetros de comprimento” (Carmo, 2011, p. 2), processo que reificou o sentido centro-zona sul como área privilegiada da reforma urbanística de Pereira Passos (Ibid.).

Não é a intenção deste artigo recuperar a história do bairro de Laranjeiras em todo o seu processo de desenvolvimento até os dias atuais. É claro que o território passou por incontáveis transformações chegando em seu cotidiano de hoje. Podemos pensá-lo como uma espécie de palimpsesto, forjado em diversas camadas acessíveis a partir das escolhas do pesquisador-intérprete. Aqui optou-se por priorizar a passagem da Fábrica de Tecidos e Tinturaria Aliança como convite a expandir os limites imaginários de um dos bairros mais conhecidos do Rio de Janeiro, refletindo sobre os vestígios de uma memória laboral.

---

<sup>18</sup> Sobre as reformas urbanas sob gestão de Rodrigues Alves e Pereira Passos e o imaginário do progresso e de civilização, ver: Azevedo, 2018.

<sup>19</sup> Interessa citar aqui a pesquisa desenvolvida por Oliveira, Fraga e Berck (2011) sobre as carvoarias que existiram no Maciço da Pedra Branca, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse trabalho, o metabolismo social da cidade do Rio de Janeiro no século XIX e início do XX é analisado sob o ponto de vista da fabricação de carvão e sua relação nas intervenções humanas na paisagem do maciço. Segundo os autores, o carvão, então fonte energética fundamental para a cidade na época, foi o elemento estruturante do crescimento da capital, grande responsável pelo desenvolvimento urbano - na medida em que era utilizado na metalurgia, na construção civil, na manufatura, nos transportes e também eram de uso doméstico. Estima-se que o maciço tenha abrigado mais de 3.000 carvoarias, o que significa a existência de inúmeros vestígios arqueológicos sobre a passagem desses trabalhadores carvoeiros naquele espaço. “A conexão entre cidade e floresta se dava pelo paradigma energético utilizado” (Ibid., p. 307), o que nos aponta o papel estrutural do trabalho humano e das relações sociais de produção capitalista na transformação da paisagem carioca.

A história desta fábrica diz respeito sobretudo ao período de industrialização<sup>20</sup> do Rio de Janeiro, não apenas em nível local, como nacional<sup>21</sup>. As informações sobre ela e seus registros fotográficos encontram-se espalhados em diferentes lugares, como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (acervo referente ao Arquivo Geral do Distrito Federal), a Federação das Indústrias e o Instituto de História Social Brasileira. Mas neste presente texto serão utilizados os dados apresentados em uma robusta documentação reunida por Francisca Lúcia Nogueira de Azevedo<sup>22</sup> (1990) junto a uma equipe de professores colaboradores e de auxiliares de pesquisa, documentação esta que atualmente encontra-se sob a guarda do AMORJ na forma de uma coleção (originária de pesquisa acadêmica) denominada “Bairro-Fábrica”<sup>23</sup>.

Laranjeiras tem seu processo de formação ligado ao projeto de “canalização dos rios Berquó, Banana Podre e Carioca, considerados fontes de pestilência, todos na região sul da cidade, nos bairros de Laranjeiras e Botafogo” (Prefeitura, 1903, p. 7, apud Azevedo, 2015, p. 78). O bairro também foi se configurando a partir de chácaras construídas por parte de uma elite local que em meados do século XIX, de acordo com Azevedo (1990), era composta principalmente por comerciantes e funcionários públicos, entre eles o Conde de Bombadela, Domingos Francisco de Araujo Rose, Antonio Joaquim Pereira Velasco, Joaquim Antonio Lisboa, e outros. A região, que então fazia parte da “Freguesia da Glória”, era servida de transportes e pequeno comércio.

Ainda segundo a autora, foi no final do século XIX que começaram a surgir indústrias de grande porte ligadas ao setor têxtil, sendo em 1880 a época de instalação da Fábrica de Tecidos e Tinturaria Aliança. Fundada por comerciantes

---

<sup>20</sup> Sobre políticas econômicas em relação à produção industrial interna e as diferentes matizes de intérpretes desse processo que sedimentou o que ficou conhecido como “nacional-desenvolvimentismo”, numa perspectiva conceitual, ver: Fonseca, 2015.

<sup>21</sup> O Laboratório de Estudos de História do Mundo do Trabalho (LEHMT), sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apresenta diferentes estudos sobre a memória do trabalho na cidade e em outras partes do país, sobretudo a partir de experiências fabris. Destaca-se no site do grupo um inventário de lugares industriais - então denominado como “lugares de memória dos trabalhadores” -, contendo fotos e informações sobre as referidas atividades laborais, além de documentários, artigos e livros publicados. Disponível em: <<https://lehmt.org/category/lugares/>>. Acesso em: 20 ago 2021.

<sup>22</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

<sup>23</sup> Um trabalho de levantamento de dados e relatos a partir de consultas a fontes iconográficas, fontes orais, documentos oficiais, boletins operários, matérias de revistas e outras. A coleção conta com o relatório final do projeto, com manuscritos da pesquisa, relatórios preliminares, transcrição de entrevistas e fac-similes de documentos.

portugueses<sup>24</sup>, ela reunia todas as operações da indústria têxtil, da fiação ao acabamento, contando ainda com tinturaria, estamparia e branqueamento.

Iniciou suas atividades com 5.400 fusos para fiar, 100 teares e as demais máquinas essenciais para fiação e tecelagem. A fábrica era movida por potente máquina a vapor com 320 cavalos de força, deveria utilizar anualmente 400.000 quilogramas de algodão e tinha capacidade de produzir 2.000.000 de metros sem que fosse necessário ampliar suas instalações. A produção diária era de 6.000 metros de tecidos. (...) Eram produzidos diversos tipos de tecidos dos mais grossos, como: algodões brancos e lisos, tecidos mesclados, riscados e axadrezados até os de primeira qualidade, como riscados e em cores: Brim Tapajós, Casemira de algodão riscada, Marca Carioca, Casemira de algodão, algodão mesclado, liso e trançado regular, brim e algodão de xadrez. Esses tecidos eram consumidos em quase todas as províncias do Império. (Ibid., pp. 25-26)

Em 1886 a empresa sofreu mudanças jurídico-administrativas, quando ocorreu, então, a oportunidade de ampliação das atividades a partir de um novo prédio, o qual ficou conhecido como “Fábrica Nova”. Tal processo de expansão possibilitou que a produção de alcance nacional liderasse o cenário brasileiro até o período da I Guerra Mundial<sup>25</sup>. Esta nova unidade, erguida onde hoje se localiza a rua General Glicério, exibiu uma arquitetura sóbria e estrutura ampla, composta de moradias operárias, escola, armazéns de gêneros alimentícios (organizados em cooperativa), centro de assistência médica, farmácia, creche, escola e um espaço recreativo - complexo de estruturas edificadas que já não existem no bairro. Este último, o espaço recreativo, proporcionaria “diversões de caráter familiar e manteria cursos de artes cênicas dança e de música, incentivando as apresentações de banda em praça pública e festividades religiosas” (Ibid., p. 47) e contaria com palco cênico, salão de baile e cinematógrafo.

Sobre as condições das moradias operárias, Azevedo destaca que o Governo Imperial oferecia benefícios aduaneiros às empresas que construíssem habitações com “fossa, dependência de cozinha e de lavanderia, elevado ao solo e com aeração” (Ibid., p. 48). Mas mesmo entre essas edificações era possível observar diferentes atributos arquitetônicos conforme as hierarquias relacionadas aos postos de trabalho, distinções referendadas nas relações de produção da fábrica: funcionários mais

<sup>24</sup> José Augusto Laranja e Joaquim Carvalho de Oliveira e Silva associaram-se ao inglês Henrique Wittaker para fundar a Fábrica Aliança na então Rua das Laranjeiras, onde anteriormente operava a “Lavanderia Econômica” (Azevedo, 1990).

<sup>25</sup> A produção acadêmica sobre a indústria e a formação operária no Brasil durante muitos anos priorizou o eixo Rio-São Paulo como referência para a interpretação do tema a despeito das demais regiões do país (Petersen, 1997), com ênfase ao corte temporal do final do século XIX e início do XX (Batalha, 2006). Não é a intenção deste artigo reificar tal narrativa ou recuperar uma historiografia social do trabalho para elencar os debates que refutam essa tradição. As informações foram elencadas com o objetivo de pontuar a construção de experiências da categoria de trabalhadores fabris no Rio de Janeiro, especificamente, em relação a uma abordagem possível do patrimônio industrial carioca que não encontra vestígios materiais edificados ou maquinários da época mencionada.

qualificados possuíam casas maiores e melhor situadas, enquanto funcionários de funções inferiores chegavam até mesmo a dividir moradias com outras famílias - esquemas que se reproduziam nas duas vilas que compunham o complexo fabril<sup>26</sup>. Tal distinção se via representada igualmente no preço dos alugueis, descontados no contracheque dos empregados - tais como as demais “benfeitorias” oferecidas pela empresa.

Conforme documentos<sup>27</sup>, na primeira década de 1900 a fábrica possuía cerca de 1.800 operários recrutados entre os setores mais pobres da população, um operariado<sup>28</sup> composto por homens e mulheres e, por vezes, crianças, com jornadas de trabalho de 10 horas diárias em turnos alternados. Tais condições são narradas em entrevistas que compõem o acervo do AMORJ e nos oferecem um panorama sobre as condições de trabalho que antecedem as conquistas trabalhistas por direitos relacionados ao tempo de jornada laboral, proteção e segurança do trabalho e limitações do trabalho de crianças e adolescentes.

Ainda segundo os documentos, o complexo fabril se assemelhava a uma “cidadela operária” delimitada por grandes portões de ferro: contava, então, com moradias consideradas “habitações higiênicas” - em oposição a estrutura dos cortiços da época - construídas sob uma política de disciplina e ordem dos trabalhadores a partir de um controle rígido<sup>29</sup> sobre suas rotinas no sentido de inibir organizações operárias. Na documentação reunida na coleção do AMORJ há a transcrição de um

---

<sup>26</sup> Segundo relatos de uma antiga moradora de Laranjeiras (entrevista que compõe o acervo do AMORJ), existiam no bairro grandes casarios de 4 ou 5 quartos, salões e áreas muito grandes. No território da fábrica, contudo, as casas eram modestas, e quando o núcleo familiar era pequeno, os donos da Aliança colocavam duas famílias para residirem juntas. Entrevista de Alice Maia, realizada em 1987, transcrição sob guarda do AMORJ.

<sup>27</sup> Publicação dirigida por Reginald Lloyd em 1913 para divulgação na Europa sobre indústrias do Brasil, divulgada pela *Lloyd's Great Britain Publishing Company Ltda.* Fac-símile sob guarda do AMORJ.

<sup>28</sup> Aqui importa retomar o que Chaloub (1986) bem destaca sobre a diversidade de fontes como alternativa para se interpretar questões sociais e trabalhistas suscitadas pela historiografia: de matérias de jornais a inquéritos policiais, acessamos diferentes interpretações sobre o perfil dos trabalhadores do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. Mas nesse processo, coube ao autor apontar a noção socialmente (re)configurada e compartilhada de “trabalho” desde a abolição, elucidando que “(...) a perspectiva do fim da escravidão colocava para os detentores do capital a questão de garantir a continuação do suprimento de mão-de-obra, e tal objetivo só poderia ser alcançado se houvesse uma mudança radical no conceito de trabalho vigente numa sociedade escravista. Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulando-se, então, com o de “ordem” e “progresso” para impulsionar o país no sentido do “novo”, da “civilização”, isto é, no sentido de constituição de uma ordem social burguesa. O conceito de trabalho se erige, então, no princípio regulador da sociedade, conceito este que aos poucos se reveste de uma roupagem dignificadora e civilizadora (...)” (Ibid., p. 29). Nesse ponto, cabe destacar a importância de um acervo documental que conta com relatos de indivíduos ligados direta ou indiretamente a esses espaços de trabalho, no sentido de oferecer informações que refutam esta referida roupagem dignificadora e civilizadora sobre o trabalho fabril. A preservação do acervo como patrimônio industrial, nesses termos, permitiria desconstruir ou então desnudar a ideologia burguesa de reificação da sociedade de classes.

<sup>29</sup> A respeito do controle social sob a forma de zelo em relação ao bem estar dos trabalhadores - também executado por cuidadores e agentes religiosos - enquanto estratégia de biopoder, ver: Vieira, 2011.

trecho da Revista do Arquivo do Distrito Federal<sup>30</sup>, datado de 1951, denominado como “Considerações do aspecto social da fábrica nesta fase”, em que vemos um manifestado desejo do narrador - que parece incorporar o ponto de vista patronal - de subordinação dócil dos trabalhadores, sob pena de sofrerem com as agruras do “destino”, implacável em retaliar aqueles com maus comportamentos:

Todo bom trabalhador é respeitável, digno de amor, seja qual for o seu ofício, a sua categoria. Cumpre atenta e escrupulosamente seus deveres? É pessoa digna, e será estimável e progredirá, quando porém, é agressiva, é ingrato, grosseira, desgosta: perde a consideração social, e perderá, mesmo, oportunidades de progredir. Na Fábrica de Tecidos Alliança, dera-se um desastre: moço operário, em consequência de seu próprio descuido, foi muito machucado e morreu. (Revista do Arquivo do Distrito Federal, v.2, 1951, pp. 318-319)

A narrativa prossegue com a descrição da reação dos demais operários ao falecimento de seu colega de ofício: uma intensa indignação entre os trabalhadores que é manifestada contra a figura do gerente da fábrica. O texto se encerra concluindo a “forte necessidade de educar e civilizar” os trabalhadores.

Outras entrevistas transcritas - a maioria realizada na década de 1980 com antigos moradores das vilas operárias, das redondezas, ou com descendentes daqueles operários - encontram-se no acervo do AMORJ e dão conta de uma descrição pormenorizada desta paisagem fabril que pouco temos acesso nos dias de hoje se considerarmos o cenário que se apresenta visualmente ao circularmos pelo bairro. Narrativas sobre acidentes de trabalho, tais como o caso de crianças que se afogaram nos imensos reservatórios de água de 25 metros de profundidade que ali existiam, ou de pessoas mutiladas pelas máquinas, são exemplos de informações importantes a respeito das condições de vida e morte em que essas pessoas estavam submetidas a partir de dinâmicas laborais da fábrica.

Há também descrições sobre o cotidiano do bairro, o acesso ao bonde - cujo retorno aparentemente se dava às portas da Alliança, os bailes de carnaval e as noites de dança. Garimpando informações nos documentos, vemos que a localidade do Largo do Machado já se constituía como espaço com maior adensamento comercial, possuindo bancos e serviços de transporte público (ônibus e bondes) que levavam até o centro da cidade. Essas narrativas nos oferecem indícios de como se organizava a região nessa primeira metade do século XX, é claro, mas o que chama a atenção mesmo é o cotidiano dos ofícios operários em esquemas de reeducação e fiscalização

---

<sup>30</sup> Revista do Arquivo do Distrito Federal - v.2, 1951 - DHD - pp. 318-319.

de hábitos - comprovando a potência da preservação de um acervo de memória operária para a compreensão das condições e relações de trabalho em tempos pretéritos.

As narrativas presentes nas entrevistas que se tem acesso a partir do AMORJ nos permitem dimensionar o processo de conquista de direitos trabalhistas enquanto um percurso de disputas cuja memória interessa ao campo do patrimônio. Vemos documentos que narram a situação dos trabalhadores da fábrica no início do século XX, relacionados à inexistência de um salário mínimo e de carteira de trabalho - conquistas reguladas posteriormente pelo poder público federal sobretudo através da Consolidação das Leis do Trabalho (a partir do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943). O quadro de desregulação anterior produzia desdobramentos na rotina e organização familiar: segundo lembranças de Alice Maia (1987)<sup>31</sup>, seus pais, operários da fábrica, recebiam vencimentos conforme a produção individual, pagos semanalmente aos sábados. Isso significava que em casos de doença ou afastamento por força maior o operário ficava sem remuneração. À título de exemplo, Alice conta que até o ano de 1933 a fábrica vivenciara dois incêndios que ocasionaram a paralisação temporária das atividades, e por essa razão os trabalhadores não foram remunerados - apesar de não sofrerem descontos. O mesmo ocorria com funcionários doentes que necessitassem de licença: não eram demitidos, porém não recebiam. Alice também relata que as mulheres grávidas trabalhavam até o momento do parto, retornando logo após o resguardo.

Tais informações sobre esse “mundo do trabalho” não estariam acessíveis se não fossem os acervos de arquivos como o AMORJ. Nesse sentido, lembrar da Fábrica Aliança não tem a ver com o sentido de nostalgia de uma época, uma curiosidade que se limita à arquitetura, à engenharia das máquinas, às técnicas laborais, aos resquícios e ruínas que despertam imagens folclóricas de um tempo passado. Evocamos as reflexões de Jeudy (2005) quando o autor nos chama a atenção para vestígios industriais patrimonializados que nos coloquem em estado de alerta: “como sentir saudades de um tempo em que nossos antepassados eram condenados a horas de trabalho intensivo, em condições sanitárias difíceis?” (Ibid., p. 25). Ainda que Jeudy não acione a discussão sobre a fetichização da mercadoria, vemos em seu trabalho os receios de uma estetização do passado operário a partir de uma maquinaria patrimonial voltada para uma estética “higienista” do trabalho (ou do “saber-fazer”) que neutraliza ou ofusca as lembranças dos sofrimentos do mundo

---

<sup>31</sup> Entrevista de Alice Maia, realizada em 1987. Transcrição sob guarda do AMORJ.

operário e de suas revoltas e insurreições. Comentando especificamente sobre museus, Jeudy disserta:

(...) toda criança é induzida, quando visita uma fábrica transformada em museu, a compreender que a grandeza do homem é proporcional à veneração secreta que ele chegou a manifestar pelos instrumentos de sua tortura. E para convencê-la da surpreendente riqueza humana da vida industrial, é-lhe demonstrado como seus antepassados utilizavam com discernimento, com uma singular habilidade, instrumentos técnicos que constituem hoje restos de um artesanato em vias de desaparecimento. O que deve se inscrever em sua memória é a imagem ao menos estética das relações entre o homem e o instrumento, entre o homem e a máquina. (Ibid., p. 29)

Ainda sobre a provocação de Jeudy, caberia, portanto, pensar o patrimônio industrial como um campo de investigação alargado capaz de mostrar aquilo que ninguém quisera ver: como se passara a exploração do homem, entre a representação da tortura e da grandiosidade das obras humanas, sem que se neutralize uma história de conquistas, revoltas e insurreições.

Sendo assim, preservar os suportes de memórias sobre o passado operário nas suas relações entre os indivíduos e os espaços laborais, as quais envolvem também as atividades produtivas que orbitaram em torno dos complexos industriais<sup>32</sup>, nos permite refletir não apenas sobre os processos de urbanização do Rio de Janeiro, é claro, mas principalmente sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil em sua complexa maquinaria ideológica de fetichização.

Pesavento (1997), fundamentando-se em Walter Benjamin, nos chama atenção sobre os espetáculos da modernidade oferecidos pelas grandiosas obras da engenharia e arquitetura que marcaram a virada do século XIX e XX como expressões de uma modernidade industrial. Para a autora, essa materialidade - fundamentada no

---

<sup>32</sup> À título de exemplo concreto e atual sobre a dimensão e extensão de complexos industriais, cabe pensar nas atividades relacionadas à extração de minérios nos dias de hoje: o consumo de tintas, cerâmicas ou o uso de objetos confeccionados a partir do aço - como eletrodomésticos -, dependem necessariamente da execução de um ciclo de extração de minérios que envolve desde a importação de máquinas de alta tecnologia - as quais demandam, entre outras coisas, relações com a indústria de extração e processamento de combustíveis fósseis - até o estabelecimento de operações e rotinas laborais de diferentes categorias de trabalhadores que atuam de maneira coordenada nos sítios de extração. Sobre esse último elemento do ciclo produtivo, destacam-se as condições operacionais de trabalhadores das minas subterrâneas: seu trânsito e permanência nos espaços são motivos de constantes denúncias ao Ministério Público do Trabalho (MPT). Relatórios de fiscalização trabalhista apontam insegurança e insalubridade de todas as ordens: inexistência de sanitários salubres, uso de fraldas geriátricas, escavações manuais, uso de velas, inexistência de equipamento de segurança individual, ausência de vínculo empregatício, entre outras irregularidades. O que nos caberia dentro do campo do patrimônio seria garantir que as memórias sobre as entranhas desses complexos industriais fossem preservadas, para assim produzirmos discursos e narrativas patrimoniais que deem conta do processo produtivo em sua totalidade. A valorização patrimonial de objetos e edificações industriais deve, portanto, estar articulada à preservação das memórias das dinâmicas e rotinas de trabalho, e das lutas por melhores condições laborais, em sua inteireza. Esta apreensão seria, então, uma possível estratégia para o enfrentamento à fetichização da mercadoria.

tripé do carvão, do vapor e das estradas de ferro - expressaria a própria dinâmica geopolítica de dominação do capital, colocando à disposição da sociedade de classes as novas tecnologias de exploração do trabalho. Tal processo nos diz muito a respeito da “mercantilização da vida trazida pelo capitalismo de uma forma total e globalizante”, fazendo com que as coisas, mercadorias, passassem a ser apreendidas pela sua aparência, destituídas da objetividade do trabalho enquanto criações humanas. Esse movimento de ocultamento das relações de classe e de exploração do trabalho, das violências e silenciamentos, aliado à percepção limitada das mercadorias apenas ao seu universo de circulação, seriam, portanto, a própria expressão da “fetichização da mercadoria” preconizada por Marx.

No caso da Fábrica Aliança, essa memória do trabalho e das relações sociais, acessível a partir de fragmentos materiais sob a guarda do AMORJ, representaria a imensidão de possibilidades que o patrimônio industrial possui enquanto campo de pesquisa (Meneguello, 2011) a ser desbravado, então, numa perspectiva marxista. As memórias reveladas por essas entrevistas ou apresentadas nos fac-símiles podem ser interpretadas como “memórias subterrâneas”, aquelas que existem de maneira quase imperceptível por razões sociais e territoriais, mas encontram-se em disputa na narrativa patrimonial em oposição às “memórias oficiais” (Pollak, 1989), acionando possibilidades de críticas ao próprio capitalismo em sua complexidade.

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando circulamos pela cidade nem sempre nos deparamos com indícios materiais do complexo de elementos históricos que estruturam a formação das paisagens ao longo do tempo. Se nos atermos à operação dos sentidos - visual, tátil e sonoro - o mundo parece limitado à esfera da circulação das coisas, como uma “realidade fatiada” na qual não percebemos, sobretudo visualmente, os processos produtivos e a divisão social do trabalho imbricados em cada objeto que compõe os espaços à nossa volta. Trata-se de um movimento de ofuscamento daquilo que seria primordial na compreensão do mundo que nos cerca: a organização dos indivíduos nas suas ações de (trans)formação material dos lugares onde doravante estamos condenados a viver.

Nesse sentido, importa recorrer às memórias sobre esses esforços humanos através de ferramentas indiciárias relacionadas à organização do trabalho e de trabalhadores. Neste presente texto, foi destacada a importância da preservação de

uma documentação relacionada a um passado industrial da capital carioca, documentação esta que nos oferece elementos para compreender a condição de vida e de trabalho de inúmeros indivíduos que ajudaram a construir um dos bairros mais conhecidos do Rio de Janeiro.

Quando se fala em “patrimônio industrial” geralmente se pensa nas manifestações físicas de formas de industrialização no passado, artefatos e edifícios cuja inserção na cidade ou territórios, e suas diferentes ligações com setores da sociedade, deixaram algum legado de interesse para a preservação - investigação, registro e valoração. Mas há igualmente outro legado material que diz respeito aos vestígios sobre o trabalho e trabalhadores industriais, sob guarda em arquivos como o do AMORJ. Pesquisadores e usuários desses arquivos, de maneira geral, podem realizar investigações sobre as relações sociais de produção estabelecidas nesses espaços, acessando os elementos humanos por trás dos processos de (trans)formação das paisagens ao longo do tempo.

Essa memória do trabalho e das relações que orbitaram em torno da Fábrica Aliança, acessível a partir de fragmentos materiais sob a guarda do AMORJ, representaria, portanto, a imensidão de possibilidades que o patrimônio industrial possui enquanto campo de investigação a ser explorado à luz do materialismo histórico dialético.

Acionar as memórias sobre esse tempo pretérito, recorrendo à crítica sobre o fetiche da mercadoria, nos ajuda a pensar e construir narrativas patrimoniais que privilegiem as vozes de tais trabalhadores na sua histórica experiência de exploração e de resistências, no sentido de não fetichizarmos o próprio “patrimônio industrial”. Nesse perspectiva, é possível pensar no Arquivo de Memória Operária enquanto um “lugar de memória de trabalhadores”<sup>33</sup>, local de guarda documental de “memórias subterrâneas” de trabalhadores que gritam suas existências e experiências em suportes textuais, iconográficos, audiovisuais ou museais, ligados a partidos políticos, sindicatos, pastorais da terra, militantes históricos, etc., e que funcionam como ferramentas indiciárias das incontáveis “paisagens ocultas” espalhadas pela cidade.

---

<sup>33</sup> Aciona-se a idéia de “lugar de memória” a partir de Nora (1993), em inspiração ao sentido construído pelo LEHMT da UFRJ - laboratório de pesquisa mencionado anteriormente neste artigo, considerando que a própria operação de preservação é, igualmente, um processo laboral que demanda o esforço e a expertise de trabalhadores do patrimônio.

## Referências

- ADORNO T. e HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- AZEVEDO, André Nunes de. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: PUC RJ, 2018.
- AZEVEDO, André Nunes de. A Reforma Urbana do prefeito Pereira Passos e o ideal de uma civilização nos trópicos. *Intellèctus*, v. 14, nº. 2, 2015, pp. 72-87
- AZEVEDO, Francisca L. N. de. Aliança - uma história para o bairro de Laranjeiras. *Relatório final de pesquisa*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- BATALHA, Claudio H. M. Os Desafios Atuais da História do Trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- BENJAMIN, Walter (1987). Magia e Técnica, Arte e Política - *Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura*. Série Obras Escolhidas. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, Walter (2012). O Anjo da história. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2012.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar - a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERNARDES, A. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. *Formação* (Online), v. 27, n. 50, p. 275-299, 2020.
- BRETAS, Alécia. *Fantasmaforias da Modernidade - Ensaio Benjaminianos*. São Paulo: Unifesp, 2017.
- BRULON, Bruno. Paisagens culturais e os patrimônios vividos: vislumbrando a descolonização, para uma musealização consciente. *Museologia e Patrimônio*, v. 10, n. 1, pp. 65-86, 2017.
- CARMO, Gustavo Reinaldo Alves do. O Palácio das Laranjeiras e a Belle Époque no Rio de Janeiro (1909-1914). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho, 2011.
- CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar, botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FONSECA, P. C. D.. Desenvolvimentismo: a Construção do Conceito. In: Dathein, Ricardo. (Org.). *Desenvolvimentismo: o Conceito, as Bases teóricas, as Políticas*. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015, pp. 13-71.
- FONTES, Virgínia. A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo. *Crítica marxista*, Campinas, n. 36, pp. 103-113, 2013.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- JEUDY, Pierre. *O espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. *Revista do IEEE América Latina*, Brasília, v. 4, pp. 1-10, 2006.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. *Arq.Urb*, v. 3, pp. 23-30, 2010.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- MATOS, Olgária C. F.. *Benjaminianos: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- MENEGAT, Marildo. A Face e a Máscara: a barbárie da civilização burguesa. *PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho*. v. 8, n. 2, 2007, pp. 1-20.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. *Anais do I Seminário Internacional de História do Tempo Presente*, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2011.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Rogerio Ribeiro de; FRAGA, Joana Stingel; BERCK, Dean Eric. Uma floresta de vestígios-metabolismo social e a atividade de carvoeiros nos séculos XIX e XX no Rio de Janeiro, RJ. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, v. 8, nº. 2, 2011, pp. 286-315.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da Modernidade do século XIX*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

PESSANHA, Elina; GUEDES, Rodrigo. A Coleção de Astrojildo Pereira no Amorj - Arquivo De Memória Operária Do Rio De Janeiro-UFRJ. *Revista Trabalhonestário*, v.17, nº 33, 2019, pp. 331-340.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997. pp. 85-103.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 3-15, jun. 1989.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Museus em Universidades públicas: entre o campo científico, o ensino e a extensão. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 2, n.4, p. 88-102, 2013.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas*. 1908. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000039.pdf>>. Consultado em: 21 de junho de 2021.

RODRIGUES, Marcos Aurélio Santana. Documentação, histórias e memórias dos trabalhadores no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro. *Cadernos CEDEM*, v. 3 n. 1, 2012, pp. 90-99.

SALOMON, M. J.. Saber dos Arquivos. In: Marlon Salomon. (Org.). *Saber dos Arquivos*. 1ed. Goiânia: Ricochete, 2011, v. 1, p. 5-17.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2002.

SOLÓRZANO, Alexandro; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; GUEDES-BRUNI, Rejan Rodrigues. Geografia, história e ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem. *Ambiente e Sociedade*, n.12, v.1, Jun 2009.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/GfLBrmTFTHN5yth5tSvf6fD/?lang=pt>>. Acesso em 23 de junho de 2021.

SOUZA, Luciana. Museus no tempo do agora: colonialismo, imperialismo e tecnologia digital. In: SOARES, Bruno Brulon (Org.). *Descolonizando a Museologia: Museus, Ação Comunitária e Descolonização*. Paris: ICOFOM, 2020. pp. 141 - 157.

VIEIRA, Ana Lucia. Intervenções cotidianas em nome do bem-estar dos assistidos: o biopoder nas vilas operárias. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

---

Data de recebimento: 05.07.2021

Data de aceite: 30.08.2021